

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor. Presidente*

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*

•
MAURO GUIMARÃES — *Diretor*

•
MARCOS SÁ CORRÊA — *Editor*

•
FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*

Acordo Geral ✓

ANC

A nação pelo menos num ponto está de acordo: é não apenas indispensável, como urgente, livrar-se da inflação que indexou o Brasil no atraso. A inflação tem as feições do déficit público, que puxa para trás a economia, desestrutura a sociedade e imobiliza o Estado.

O governo é o retrato de um país de mãos amarradas: o poder público e a sociedade perderam a capacidade de investir. O Estado investe o que sobra da arrecadação, mas o custeio da máquina e do pessoal devora todos os recursos, e o limite de exaustão fiscal está à vista. A drenagem tributária não deixa margem para a poupança particular numa sociedade que participa compulsoriamente de uma corrida desenfreada entre salários e preços.

Estabelecido o consenso sobre a prioridade de livrar o país da inflação, criam-se naturalmente as condições políticas para um acordo que foi proposto antes, mas não foi possível realizar. Enquanto perdurou a ilusão de que era possível *tirar vantagem* da inflação, através do aumento de preços, dos salários ou dos impostos, a proposta ficou sem resposta. Desconversou-se à mesa de negociações.

A idéia de editar no Brasil um pacto social, como o que vigorou com sucesso na Espanha, veio cedo demais e ocultava intenções políticas na sua própria formulação. A nação tem pela frente uma sucessão presidencial marcada para 1989, com uma inflação ameaçadora que se interpõe como obstáculo à normalidade social e política.

A preliminar do acordo oferecido pela oportunidade dispensa documentos e assinaturas; é de natureza subjetiva. Todos estão de acordo em

que a inflação é o inimigo comum a ser eliminado. Sabe-se também, pelo êxito das experiências alheias ou pelo malogro das nossas tentativas de combatê-la com timidez, como proceder. A distribuição dos sacrifícios não implica mais a desigualdade de cotas. Ou nos livramos todos da inflação, ou ela liquidará as nossas possibilidades econômicas a curto prazo e inviabilizará as nossas aspirações políticas a longo prazo.

Nenhuma parcela da sociedade, nem o Estado com o egoísmo da sua burocracia, pode mais ter interesse em prolongar a situação de incerteza crescente. Ninguém abriga a pretensão de impor condições para participar da empreitada que é do interesse de todos, pois a inflação não tem benefícios a oferecer a mais ninguém, exceto os escusos. Portanto, ninguém irá pedir ao governo privilégio para isentar-se de sacrifícios, como também o governo está ciente de que nada tem a pedir além do que a sociedade já dá em sacrifícios.

O acordo está tacitamente feito. Falta apenas uma proposta em termos altos, um compromisso sem privilégios, a título de sacrifício sem exceção. Nem mesmo o Congresso pode mais estar alheio a essa comunhão de pressentimentos que se avolumam. A Constituinte terá que voltar atrás na anistia aos devedores, para se tornar parte integrante de um acordo que não será difícil fazer, depois que não há divergência sobre a necessidade de liquidar a inflação. É uma questão de dar a palavra e honrá-la. Quando a palavra deixa de valer, os documentos deixam de representar qualquer compromisso. O compromisso nacional é com a sobrevivência.